

RELAÇÕES SOCIAIS E DE PODER NA MANAUS DA BORRACHA ATRAVÉS DO ESTUDO DE REMÉDIOS HISTÓRICOS.

SOCIAL AND POWER RELATIONS IN THE RUBBER MANAUS THROUGH THE STUDY OF HISTORICAL REMEDIES.

Samuel Lucena de MEDEIROS*

Tatiana de Lima Pedrosa SANTOS**

Resumo: Estudos interdisciplinares na Arqueologia buscam, através dos artefatos, construir inferências várias, entre elas as socioculturais. Assim, escolhendo como amostras três marcas de remédio comercializadas na Manaus do final do século XIX e início do XX (*belle époque*) - “Tiro Mortal de Lemos”, “Leite de Magnesia de Phillips”, e “Lab. Francisco Giffoni”, apresenta-se neste trabalho colocações teóricas a respeito do poder simbólico e relações de poder ligadas a elas. A partir das considerações levantadas, pode-se entrever um possível sistema simbólico e cultural ligado aos artefatos, o qual permitiria a manutenção de uma realidade cotidiana conflituosa, onde se buscava negar um passado real de emprego de práticas de saúde locais (indígenas/caboclas), e exigia a adoção de um sistema de Estado e comércio legitimado pela ideia da medicalização oficial.

Palavras-chave: Arqueologia Histórica; História do Amazonas; Belle Époque; Consumo; Relações de Poder.

Abstract: Interdisciplinary studies in Archeology seek, through artifacts understood as bridges to cultural phenomena, to build inferences on social, cultural, economic ways of life, symbolic and power relations, among others. Thus, as the three brands of medicine marketed in Manaus during the late 19th century and early 20th century (*belle époque*) are delegated, this work presents theoretical statements about symbolic power and power relations, as well as those that they relate to material culture and that manifest themselves socioculturally through processes of production, legitimation, reproduction and definition of symbolic meanings inserted in the local context of the sociocultural shocks of “modernization” in the field of representation, linked to the three brands of medicine studied: “Tiro Mortal de Lemos”, “Phillips' Milk of Magnesia”, and “Lab. Francisco Giffoni”. From the considerations raised, it is possible to glimpse a possible symbolic and cultural system linked to the artifacts, which would allow the maintenance of a non-harmonious daily reality, where an attempt was made to deny a real past of use of local health practices (indigenous/caboclas), and demanded the adoption of a system of State and commerce legitimized by the idea of official medicalization.

Keywords: Historical Archaeology; History of the Amazon; Power Relations.

*Doutorando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH/UFAM). Pesquisador do NIPAAM e do Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza (SEC/AM). E-mail: samuelmedeiroscomp@gmail.com.

**Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGH/PUCRS). Coordenadora do NIPAAM. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: tatixpedrosa@yahoo.com.br.

Relações de Poder e Cultura Material na Belle Époque manauara: Introdução

Os estudos relacionados à temática das relações de poder ou relações socioculturais engendradas em mecanismos de controle (direto ou indireto) e legitimação por parte de grupos e/ou classes sociais dominantes ganharam lugar no interesse acadêmico especialmente a partir dos anos 1960 e 1970, quando teóricos como Bourdieu e Foucault (e Elias décadas antes, ainda que incipientemente) apresentaram discussões acerca das relações sociais desenvolvidas sob condições de contraste e conflito entre as partes.

Quando, no trabalho “O poder simbólico”, Bourdieu (1989) destaca que o campo onde ocorrem tais relações de poder é, na verdade, um campo quase invisível, que não aparenta claramente ser o que é, traz-nos uma tarefa que requer cuidado e atenção, e é esta: procurar investigar a manifestação do poder simbólico em lugares e situações que aparentemente não o manifestam, em problemas que, *a priori*, desconsideravam ou escondiam relações conflituosas no campo social das representações. Conforme diz:

No entanto, num estado do campo em que se vê o poder por toda a parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro, não é inútil lembrar que – sem nunca fazer dele, numa outra maneira de o dissolver, uma espécie de “círculo cujo centro está em toda a parte e em parte alguma” – é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 1989, p.7-8).

Qual dos quadros contextuais históricos que melhor poderia exemplificar a tentativa de encobrir disparidades no campo simbólico e também material para a região amazônica que a chamada *belle époque*? Em sua representação clássica, pode-se vislumbrar o fulgor da sociedade da borracha, onde a riqueza e a opulência propositalmente representadas e reificadas escondem os desfavorecidos e não legitimados pelo capital econômico e cultural, no que Dias (2007) chamará argutamente de “A ilusão do Fausto”. Nesse quadro de escondidas relações aparentemente mediadas por estruturas estruturadas, quando são, ao mesmo tempo, estruturas estruturantes, é que os trabalhos mais recentes buscam encontrá-las e estudá-las, partindo de abordagens históricas e também arqueológicas.

Aspectos intrínsecos à experiência humana, como o nascimento, os ritos de passagem, a procura por satisfazer as necessidades fisiológicas, a preocupação com a

qualidade ou manutenção da vida, não são de todo neutros, ou melhor, destituídos de interferências de origem social e cultural, respondendo a fatores externos, criados ou não pela transformação da natureza. Ora, a preocupação com a saúde/doença é um deles que, além de estar ligado ao instinto, recebe as lentes do universo simbólico e imaterial, podendo ser emissor ou receptor de significados, como se verá mais à frente. Para a Manaus da borracha não é diferente, acrescenta-se contextos e situações próprias. Aqui, destaca-se a investigação do poder simbólico e das relações de poder.

Indo mais adiante no recorte de problemática, surge então a pergunta: como é possível abordar e estudar o que se observa no campo da saúde entre o final do século XIX e início do século XX numa *Manáos* bombardeada pelo mercado de importação e formalização da saúde? Buscando entrever tais aspectos, escolheu-se dentre um universo amostral de artefatos histórico-arqueológicos, que se trata de recipientes de remédio, três marcas comercializadas na capital do Amazonas, que serão ao final analisadas: “Tiro Mortal de Lemos”, “Leite de Magnesia de Phillips”, e “Lab. Francisco Giffoni”.

Para a presente pesquisa, busca-se, a partir da visitação a colocações teóricas a respeito do poder simbólico e relações de poder vinculadas à dinâmica da cultura material¹, discutir as possibilidades de seus estudos interpretativos ligados à Arqueologia Histórica e Interdisciplinaridade, em especial na apresentação das considerações preliminares dos aspectos socioculturais (Relações de poder, status social e econômico e alcance / acesso) ligados às três marcas de remédio estudadas. Para tal, o cruzamento das possibilidades teóricas de se pensar as dinâmicas entre a materialidade e a sociedade múltipla da Manaus antiga com sua representação, ou seja, a materialidade e imaterialidade decorrente das transformações do período, é de essencial composição no entrever das relações no campo simbólico e representacional, que dizem sobre distinção social, status, poder e acesso a bens de consumo distintos, por exemplo.

Bourdieu (2009), em “Economia das Trocas Simbólicas”, traz-nos a concepção de uma sociedade configurada como um campo de relações conflituosas em constante choque, onde a linguagem se mostra através de símbolos e significados. As classes e suas posições, o campo religioso, o mercado de bens simbólicos, o poder em suas diversas facetas, entre outros, são explorados a partir da perspectiva do poder simbólico.

Quando se considera o contexto da *belle époque* Manauara, podemos ver sendo construídas, através dos projetos de modernização e organização da malha urbana, formas de distinção social através da legitimação conseguida por apoio das estruturas estruturantes, como as noções de “destino”, “sorte”, “deus”, organização social capitalista

naturalizada, o recente Estado republicano, entre outras (DIAS, 2007; PINHEIRO, 2015). Um poder que se manifesta não apenas nas relações sociais ou no intangível, mas também no estilo arquitetônico e decorativo dos prédios exigidos pelos padrões de “modernidade” europeia e os códigos de postura do município, todos distinguindo e separando por status de “cultura”, ou seja, erudição, e status econômico, pelo custo da obra como um todo (MESQUITA, 2006; SAMPAIO, 2016). Dessa forma, a “erudição” distintiva das classes mais abastadas além de ser mantida por instituições, é ela mesma uma forma de reforçar a distinção entre quem pode ter acesso ou não a determinado produto cultural.

Por este motivo, são acessíveis apenas aos detentores do manejo prático ou teórico de um código refinado e, conseqüentemente, dos códigos sucessivos e do código destes códigos. Destarte, enquanto que a recepção dos produtos do sistema da indústria cultural é mais ou menos independente do nível de instrução dos receptores (uma vez que tal sistema tende a ajustar-se à demanda), as obras de arte erudita derivam sua raridade propriamente cultural e, por esta via, sua função de distinção social, da raridade dos instrumentos destinados a seu deciframento, vale dizer, da distribuição desigual das condições de aquisição da disposição propriamente estética que exigem e do código necessário à decodificação (por exemplo, através do acesso às instituições escolares especialmente organizadas com o fim de inculcá-la), e também das disposições para adquirir tal código (por exemplo, fazer parte de uma família cultivada) (BOURDIEU, 2009, p.116-117).

Tratando-se da Sociogênese e Etnogênese, Elias (2001), ao falar do processo civilizador, conceitua a sociogênese da cultura a partir de duas óticas: a alemã e a francesa. A cultura é vista como um conjunto de decisões arbitrárias. No contexto alemão não depende de inovações tecnológicas ou avanços econômicos, mas está ligada a valores morais; no contexto francês, ligada a tudo o que externaliza a supremacia francesa e a noção de bons costumes, pode-se confundir-se com o conceito de civilização alemã.

É imprescindível considerar para o contexto manauara da belle époque uma aplicação da noção de bons modos, etiqueta, e costumes, que pode ser exemplificada nos códigos de postura da cidade. Não apenas isso, mas também vemos a aplicação de projetos de “modernização”, sendo a tradução do empenho em “civilizar” os trópicos. Mais intensamente na última década dos oitocentos, Manaus passaria por uma grande transformação, implícita e explícita ao mesmo tempo. Enquanto havia grande preocupação com a imagem da cidade enquanto urbes, visando atrair investimentos e incrementar o comércio, havia também a de mostrar a “Paris dos Trópicos” como limpa, bonita e organizada. Além disso, salubre, saudável, segura para a saúde pública. Contudo, no afã de transformação a mais rápida possível, para além da formosura e organização

implantada com base em ideais europeus, houve um preço no que tange às configurações socioculturais locais.

A tarefa de edificação da “nova” sociedade, moderna, dinâmica, civilizada, só parece possível pelo avanço da europeização, entendendo-se por ela, a gradual, mas contínua substituição da população indígena e cabocla por um fluxo migratório capaz de transferir também novos valores culturais (SANTOS JÚNIOR, 2010, §48).

A *belle époque* manauara foi marcada pela mudança, mas uma mudança que perde em sutileza e ganha na substituição e imposição. Esse processo, que na sua maioria das vezes é salientado como um tempo de prosperidade econômica, social, política e cultural, silencia um outro que foi traumático, não para as elites da época, mas para quem vivia à margem, ou na periferia deste processo. Sobre o assunto, há o exemplar ensaio de Ednea Dias Mascarenhas, “A Ilusão do Fausto” (2007), que já pelo próprio título, bastante explicativo, desmascara a imagem de uma sociedade opulenta, ausente de conflitos e deficiências.

Quando se muda a malha urbana, aterra-se igarapés, favorece-se ondas migratórias ou as causam, os planos do Estado para atrair investimentos externos atraem também as patologias depois chamadas de “patologias da borracha” (GALVÃO, 2003). Ao mesmo tempo, formaliza-se o acesso às práticas de manutenção da saúde, quando se proíbe a manipulação ou utilização de métodos caseiros medicamentosos e se legitima as instituições de saúde, farmácias e serviços de médicos registrados. As formas de legitimação dessa “nova era” que chegava para os amazônidas não se faziam somente pelos meios facilmente visíveis, identificáveis aos indivíduos nela inseridos. Com o conflito nos campos material, simbólico, e outros a eles relativos, a valorização de um discurso oficial, de “cultura ocidental”, em detrimento de uma bagagem etnocultural amazônica, pode-se pensar até que ponto seus alcances são hoje sentidos.

Figura 1– Salão Nobre do Teatro Amazonas, exemplo de arte erudita e opulência.



Fonte: FIDANZA, 1902, p.116.

Figura 2 – Igarapé do Espírito Santo antes de ser aterrado para se construir a Av. Eduardo Ribeiro.



Fonte: Brasiliana Fotográfica, c.1875.

O projeto de civilização na *belle époque* cria um grande espaço entre os grupos menos favorecidos e o acesso à saúde. Além de serem obrigados a comunicar as autoridades da Superintendência de Higiene sempre que houvesse doentes em casa – os casos de hanseníase e elefantíase são exemplares, os manauaras estavam proibidos de manipular qualquer medicamento por conta própria, podendo ser enquadrados em prática ilegal de medicina, com multa e prisão (SAMPAIO, 2016). Em 1848, o Art. 33 do Código de Posturas Municipais já empunha proibições:

Toda a pessoa, que se intitular Pajé, ou que a pretexto de tirar feitiços, se introduzir em qualquer casa, ou receber na sua alguém para **simular**

curas por meios supersticiosos, e bebidas desconhecidas [...] incorrerá na multa, assim como o dono da casa, [...] ou oito dias de prisão, em qualquer dos casos (SAMPAIO, 2016, p.19 e 22. Grifo dos autores).

Em 1896, sob a égide da República e sua ideia de “progresso”, intensificada pela cultura “civilizatória” da *belle époque* manauara, a Lei nº49 de 24 de novembro, que promulga o Código de Posturas Municipais, traz em seu capítulo XII enrijecimentos e penas aumentadas às infrações:

Art. 172 – Todo aquele que **exercer a medicina sem habilitação legal** incorrerá na multa de 50\$000 réis ou sofrerá 5 dias de prisão. [...] Art. 175 – É proibido, sob pena de 20\$000 réis de multa: [...] b) Deixar de transcrever no vaso ou invólucro do remédio a **receita médica**; c) Deixar de lacrar e selar as garrafas com o **selo da farmácia**. (SAMPAIO, 2016, p.137. Grifo dos autores).

Com o código de 1910, como em resposta à continuação do uso informal de remédios caseiros, manipulados sem o controle dos fiscais da Intendência de Saúde e também comercializados, é promulgado, no capítulo XV: “Art.236 – Unicamente às **farmácias e drogarias** é permitido vender **drogas e medicamentos, ou preparados medicinais, nacionais ou estrangeiros**. Aos contraventores, multa de 100\$000”. (SAMPAIO, 2016, p.196. Grifo dos autores).

As preocupações médico-higienistas do poder público pareciam ter por objetivo o controle dos aspectos cotidianos das populações locais (SANTOS JÚNIOR, 2008), seja pela proibição de práticas consideradas “tradicionalmente amazônicas”, até legar a exclusividade de acesso aos cuidados para com a saúde às instituições e estabelecimentos comerciais, principalmente. Acontece, no entanto, que nem todos poderiam arcar com os custos de uma consulta médica ou o medicamento vendido nas farmácias. Para limitar ainda mais o acesso dos grupos menos favorecidos, grande parte dos medicamentos comercializados na cidade era importada, conseqüentemente elevando seus preços, especialmente se eram produtos estrangeiros.

Du Gay (2003), apresenta-nos uma forma ao mesmo tempo cíclica e aberta da circulação dos bens culturais no que chama de “Circuito de Cultura”, onde as produções culturais passam pelos âmbitos da identificação, produção, consumo, regulação e representação. A ressignificação constante é o ponto chave de suas análises. Assim, partindo de seu ponto de vista, o produto ou bem cultural que chega até os indivíduos jamais é o mesmo daquele produzido anteriormente, ao menos no que diz respeito à sua

significação, ou seja, do que representa para os consumidores enquanto cultura e economia.

Quando chegavam os produtos da Europa à “Paris dos trópicos”, recebiam mais carga simbólica, quer-se dizer, tinham seu valor aquisitivo aumentado pela regulação do mercado local, que se especializara em importações, onde os produtos locais eram decaídos para que, através de uma aplicação, os importados tivessem seu preço aumentado e seu valor ressignificado (DIAS, 2007).

O comércio de Manaus passou a depender de produtos importados dos mais diferentes pontos da Europa e do país: água mineral, azeite-doce, amêndoas, bacalhau, batata, biscoito, tecidos, conservas, doces, feijão, aguardente, material elétrico, calçados, automóveis, móveis, carruagens, bordados, cal, cerveja, caviar, champanhes, ferro, licor, pregos, sardinhas, sal, sabão, telhas de barro, vinho, vermute, café, farinha, farinha d’água, milho, fósforo, redes, charques, carvão, paralelepípedos (DIAS, 2007, p.39).

McCracken (2003), ao abordar o tema “cultura e consumo”, através de uma leitura de clássicos, como Bourdieu e Certeau, chama atenção para a configuração de um fenômeno que classifica como Cultura de Consumo, intrinsecamente ligado ao campo simbólico das representações e relações de poder, status, entre outros. Com leitura em Bourdieu, Du Gay, Pierce, Certeau, entre outros, McCracken traz a noção de inserção ou aplicação de significado simbólico aos bens culturais, à medida que desenvolvem o papel de suportes para as transmissões no campo simbólico do consumo.

Neste ponto de vista, os remédios estudados tanto representariam a saúde, porque assim vistos pelos consumidores, quanto produtos destinados a determinados tipos de público. Seu valor simbólico seria, portanto, colocado pelos seus produtores, vendedores e compradores. As propagandas desempenhavam o papel de alcançar um maior número de consumidores, ao mesmo tempo em que conferiam aos produtos (remédios) qualidades e propriedades.

[os] bens de consumo têm uma significação que vai além de seu caráter utilitário e de seu valor comercial. Esta significação consiste largamente em sua habilidade em carregar e em comunicar significado cultural (MCCRACKEN, 2003, p.99).

No campo da materialidade, Baudrillard (2015), ao refletir sobre o sistema dos objetos a partir de uma perspectiva simbólica, traz a noção de que os objetos possuem certa racionalidade que ultrapassam os processos tecnológicos e entram no campo das ideias. Possuem a capacidade de interferir em sistemas ideológicos, sejam eles públicos ou privados. Parte da ideia de que o processo tecnológico é a parte essencial dos objetos

e o objeto-paixão é a parte inessencial do objeto buscando suprir as necessidades sociológicas e psicológicas.

No caso dos vidros de remédio, podemos perceber a criação de marcas ou linhas específicas de acordo com as demandas percebidas pelas indústrias, demandas estas que, nalguns casos, pouco tinham a ver com a ação das propriedades do remédio. Por exemplo, a marca de água medicinal portuguesa comercializada nesse período em Manaus, “Águas de Melgaço”, prometia a melhora de tudo um pouco, desde uma dor estomacal até depressão e esquizofrenia neural (SANTOS; MEDEIROS, 2017). Outras vezes, as propagandas faziam alusão a um estilo de vida feliz, completo ao se beber da dita água termal. Neste trabalho, o objeto-paixão se traduz naquilo que se espera no consumo dos remédios, ou seja, no consumo de seu significado simbólico: “Quando o significado finalmente vem a se assentar no consumidor, está completa sua jornada através do mundo social.” (MCCRACKEN, 2003, p.119).

Cultura Material Histórico-Arqueológica: em busca de Relações Simbólicas

O estudo da cultura material tem caminhado para a compreensão das relações existentes entre indivíduos e objetos. Nesse sentido, destaca-se a atenção que vem sendo dada à dinâmica do que é chamado de significado simbólico, atrelado à materialidade e imaterialidade da cultura. Analisar a cultura material e a sociedade à qual ela está relacionada exige reconhecer que uma é derivada da outra e vice versa.

Se em suas primeiras manifestações no Brasil a prática da Arqueologia Histórica tem estado restrita, com poucas exceções, a construções monumentais, como prédios públicos, fortes, igrejas, etc., atendendo fundamentalmente a grandes projetos de restauração e preservação, o que num momento inicial é perfeitamente compreensível, deve-se daqui para a frente procurar transcender esta limitação, promovendo o desenvolvimento de pesquisas voltadas para problemas especificamente orientados, construindo-se hipóteses relevantes para serem testadas, sob o risco de se reduzir a Arqueologia meramente a uma técnica aplicada. Não apenas monumentos, mas sobretudo o cotidiano rotineiro, as habitações populares, os estabelecimentos comerciais, os engenhos, as fábricas, as lápides tumulares, os depósitos de lixo, os bairros, as vilas e pequenas cidade devem ser recuperados e avaliados, agora dentro de uma perspectiva antropológica. Não apenas fornecendo subsídios, mas acima de tudo refazendo, reinterpretando a História do Brasil. Esta é a função primordial da Arqueologia Histórica Brasileira (LIMA, 1985, p.97-98).

Através das contribuições da Arqueologia Histórica, interdisciplinar por natureza (ORSER JR., 1992; TRIGGER, 2004), os artefatos (recipientes vítreos de remédio) são

vistos não apenas como coadjuvantes nos processos históricos e culturais de uma Manaus do passado, mas como pontes que nos permitem galgar caminhos diversos de abordagem. Assim, uma abordagem que tem em seu arcabouço teórico-epistemológico uma conversa entre Arqueologia, Antropologia e História, como se pretende nesta pesquisa, é nada menos que o reconhecimento da interdisciplinaridade no estudo das relações simbólicas ligadas à cultura material e ao seu suporte de significados.

Enxergar, portanto, a Cultura Material enquanto resultado de ideias, é reconhecer que o universo material depende intrinsecamente do imaterial, e, dessa forma, ela é ubíqua enquanto natureza (MENESES, 1983). Isto quer dizer que a cultura que foi intencionalmente materializada é uma mescla de circunstâncias e ações humanas, resultado do desejo de transformar e interferir no ambiente a sua volta. Ela, mesmo tendo como suporte a materialidade, não é estática, mas sim dinâmica. Ela é simbólica.

Hoje, as abordagens das novas correntes na Arqueologia e Estudo dos Objetos, agregam em seu corpus teórico-metodológico as mudanças ocorridas no campo epistemológico (TRIGGER, 2004). Todavia, vale ressaltar que as contribuições feitas a seu tempo e ocasião pelas escolas teóricas anteriores não são desconsideradas, ainda que seus caminhos estejam sendo paulatinamente e progressivamente revisados. Pois além da forma fragmentária e dialética do pensamento científico como é visto hoje, há também aquela proporção que não deixa de ser cumulativa, culminando na produção de novos pensamentos. Assim, a arqueologia enquanto pensamento não abandona a materialidade, apenas a coloca em patamar mais próximo dos fenômenos imateriais.

Porém, mais do que estudar o objeto enquanto materialidade, busca ver nesse objeto os resquícios de uma vida ativa em meio social e simbólico, ou seja, materialmente, simbolicamente (semiótica e teorias da interpretação), e existência no campo representacional.

Reconhecer a potencialidade simbólica dos bens culturais materiais, especialmente dos chamados bens de consumo (MCCRACKEN, 2003), é também reconhecer a capacidade do ser humano de imbricar significados a tudo o que o cerca e que distingue como constituinte do mundo sensorial, ou seja, objeto existente. Ele mesmo, enquanto indivíduo imerso num universo simbólico que criou para si, conscientemente ou não, é o responsável por propagar mensagens imateriais por meio de suportes diversos, como no caso da cultura material. Ela, enquanto pano de fundo, transmite ao mundo discursos que apenas a atenção desperta pode trazer à baila da análise.

À medida que os remédios, enquanto cultura material, objetos, produtos para consumo, cura para doenças, objetos-troféu, entre outros, participavam do histórico *boom* da borracha na Amazônia, ao mesmo tempo participavam das dinâmicas sociais manifestadas como diferenciação socioeconômica pelo consumo de determinados produtos, por carregarem valor simbólico passível de ser usado em benefício de determinados grupos sociais, acesso restrito (do ponto de vista econômico) e formalizado, entre outros, que são aspectos encontrados nas visíveis relações de poder, que ocorrem na legitimação de dominâncias e formas de exercer o poder, neste caso em poder simbólico ligado à saúde e ao dinheiro.

Sítio Catedral e Outros: as portas se abrem para o estudo Histórico-Arqueológico

Entre os anos de 2001 e 2002, foi realizado na Igreja Matriz de Manaus (Catedral Metropolitana) um trabalho de salvamento arqueológico coordenado pela professora Arminda Mendonça, por ocasião de trabalhos de remoção de solo e instalação de um complexo de central de condicionadores de ar na lateral da edificação, que em seu decorrer evidenciou material arqueológico e histórico em abundância, “[...] material cultural indígena pré-colonial, de contato (tecnologia de fabricação indígena com designer europeu), colonial e histórico, inclusive recente, de meados do século XX, entre outros” (MENDONÇA; ANTONY, 2013, p.11).

Durante os trabalhos foram estabelecidos e nomeados dois sítios arqueológicos que integravam o conjunto Catedral, sendo eles os sítios Catedral (edifício) e Jardins da Catedral (área externa). A quantidade de material arqueológicos revelada foi tão grande, que foram ao final contabilizados cerca de 3.000 sacos, pesando em média cada um deles 15 kg. Os artefatos não estiveram aquém a nível quantitativo, nem em nível qualitativo.

Dentre eles, destacou-se o grande quantitativo de recipiente vítreos, em sua maioria garrafas e vidros de remédio, cuja parte significativa se encontra hoje sob a guarda do Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza (SEC/AM), criado especialmente para curar, analisar e estudar o material recolhido dos trabalhos do conjunto então chamado Sítio Catedral. Posteriormente, durante a manipulação dos artefatos de vidro em laboratório a partir do ano de 2014 com pesquisas de iniciação científica, monográfica (2017) e dissertativa (2020), pôde-se notar seu potencial não apenas de análises quantitativas, mas também qualitativas, na medida em que se identificavam marcas e filiações dos recipientes a indústrias, empresas e figuras

comerciais do período da borracha no Amazonas, e abriam-se as portas para estudos de consumo dos produtos, significação simbólica pela saúde e status, entre outros.

Sua importância para os estudos arqueológicos históricos está representada pela grande parte da cultura material, que é de origem histórica, tendo especial destaque os exemplares de recipientes de vidro (em sua maioria garrafas e vidros de remédio), sendo contados em um número total de 1752 de diferentes tipos, considerando-se apenas os artefatos intactos ou parcialmente intactos (CORRÊA, 2007). Além da análise *in situ* e laboratorial do material resgatado, foi também procedido o estudo da Arqueologia da Arquitetura, prezando pela edificação centenária da igreja. Tamanho foi o quantitativo de material, que até hoje são realizados trabalhos de curadoria. Inicialmente estava distribuído nos centros culturais do Palácio Rio Negro, Povos da Amazônia e Palacete Provincial. Hoje, contudo, encontra-se exclusivamente no acervo do Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza, trasladado para o Usina Chaminé; para alguns dos artefatos, é o primeiro contato com o mundo exterior desde que foram resgatados e trazidos para reservas técnicas.

Além do Sítio Catedral, principal sítio arqueológico e histórico da cidade de Manaus até o presente momento identificado, os sítios Glacial, Luiz Anthony, Coronel Salgado, Horto Municipal, entre outros, apresentaram concentração de vestígios históricos, assim como de recipientes vítreos histórico-arqueológicos, que permitiu aos pesquisadores (com destaque para o NIPAAM)² uma breve noção dos remédios que porventura circularam entre os diferentes tipos de consumidores manauaras e foram, posteriormente, descartados, ora levados aos lixões ou aterros sanitários, ora deixados em terrenos baldios ou vias públicas. Os sítios arqueológicos anteriormente citados encontram-se dentro da área central da cidade, e caracteriza-se por manterem em suas camadas estratigráficas vestígios do período histórico, com destaque para os vidros.

O Sítio Glacial (Manaus Glacial / AM-MA-4/SEC) está localizado na esquina da Av. Getúlio Vargas com a Rua Lauro Cavalcante, e foi identificado pela professora Arminda Mendonça quando por ali caminhava e se deparou com trabalhadores a abrirem um buraco na calçada. Os objetos retirados e que seriam descartados, foram recolhidos pela arqueóloga e levados para a Secretaria de Estado de Cultura (SOUZA, 2018). O que antes era apenas um achado fortuito em 2009, posteriormente ganhou a classificação de sítio arqueológico, tendo como destaque em seu material coletado os recipientes vítreos de medicamentos, como do “Leite de Magnésia de Phillips”.

Os Sítios Luiz Anthony (AM-MA-38 e AM-MA-39) e Coronel Salgado (ligado ao PROSAMIM III) se caracterizavam inicialmente também como achados fortuitos, em decorrência da evidenciação de seus vestígios histórico-arqueológicos durante obras de pavimentação. Para esses três sítios citados, pôde-se ver a localização da cultura material de acordo com os níveis estratigráficos, possibilitando vinculá-los a períodos determinados de seus descartes relacionados às ocasiões registradas historicamente de pavimentação com pedras de lioz e paralelepípedos de Arenito-Manaus. O segundo foi identificado em 2002 durante o Projeto ARQUEOURBS e posteriormente pela HECA quando da implantação da tubulação do grande Projeto Gasoduto Urucu-Coari-Manaus; o terceiro durante a execução do PROSAMIM III – Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (MIANA; OLIVEIRA, 2012) na microbacia do Igarapé do São Raimundo. Em ambos, a predominância no material recolhido foi vidro do período histórico.

O Sítio do Horto Municipal foi identificado em outubro de 2010 pela Arqueóloga Arminda Mendonça, responsável pelo laboratório da SEC/AM e sua equipe. Está localizado num terreno de quase dois hectares onde fora antes o Horto Municipal de Manaus, e que atualmente abriga o Parque Cidade da Criança. A maior parte do material foi encontrada durante a revitalização do calçamento externo para a Av. André Araújo, próxima à passarela suspensa. Igualmente, os artefatos vítreos chamaram a atenção pela predominância. É importante destacar que a identificação dos vestígios histórico-arqueológicos apenas ocorreu nas áreas de intervenção em subsuperfície, o que significa que a cultural material resgatada é apenas uma pequena parte do que se pode esperar de um local onde funcionou, em inícios do século XX, o aterro sanitário da cidade.

Os vidros históricos de que se dispõe para análise, recolhidos de lugares a que chamamos de sítios arqueológicos, são sinais de uma série de etapas na cadeia de consumo de tais bens culturais. Quando retirado do sedimento e revelado aos olhos do pesquisador, levado ao laboratório para minuciosos cuidados e posteriormente estudado, apenas pôde ali estar por conta de indivíduos que, há mais de cem anos atrás os produziram, os venderam, os compraram, os consumiram, e, principalmente e essencial para nós, os descartaram. Assim, tem-se que esta pesquisa parte da cultura material (artefatos) que foi descartada, e, para o Sítio Catedral, em especial, provieram de rejeitos antes localizados no antigo lixão da cidade, onde foi identificado o Sítio Horto Municipal. Trabalhamos com o lixo da sociedade da borracha, em literal. Um lixo que não é inferior em importância ou valor, já que, como dizia Glassie (1999) “Material Culture is the

conventional name for the tangible field of human conduct” [Cultura Material é o nome convencional para o campo tangível da conduta humana] (p.41. Tradução dos autores).

Como se sabe, os artefatos, inseridos num mundo repleto de redes de significação e ressignificação, assim como manipulados, construídos e destruídos pela ação humana, localizam-se neste emaranhado de acordo com o alcance que adquirem, condicionados pelo acesso, disponibilidade, e modo como são representados, tanto material quanto imaterialmente.

É nesse cenário que as marcas de remédio apresentadas adiante surgiram como pontos referenciais de três possíveis instâncias de alcance e consumo, inferidas através da materialidade, documentação histórica, propagandas, e contexto histórico.

Relações de Poder, Socioeconômicas e Socioculturais: o estudo de três marcas de remédio

Como que numa escala de alcance e respectivo preço de produção e compra, as três marcas escolhidas representam as três instâncias de valoração simbólica existentes no consumo de remédios na Manaus do final século XIX e início do século XX. “Leite de Magnesia de Phillips”, marca internacional e estrangeira (EUA) que mantinha sede no Brasil em São Paulo e Rio de Janeiro e comercializava em grande escala, inclusive constituindo-se a marca de maior ocorrência nos remanescentes materiais históricos em Manaus; “Laboratorio Francisco Giffoni”, marca nacional com sede no Rio de Janeiro, pertencente a um dos fundadores da Academia Brasileira de Medicina e de amplo investimento em propagandas; “Tiro mortal de Lemos”, marca local (Manauara), pertencente à famosa Farmácia Lemos, e de manipulação com produtos regionais, difícil de ser identificada, por conta de seu rótulo de papel.

Tem-se para cada uma um espectro de alcance diferente, pois que quanto menos local fosse o produto, ou seja, quanto mais distante seu lugar de origem, mais procurado e caro seria. De origem norte-americana, o “Leite de Magnesia de Phillips” (Figura 3) é facilmente encontrado nas pesquisas arqueológicas em Manaus, dado em conta que, independentemente de seu alto preço, possuía um índice de consumo altíssimo, e era vendido nas principais farmácias, ainda que possuísse apenas um agente em território brasileiro: a empresa *Paul J. Christoph Company*.

Famoso antiácido e laxante, deixou sua marca ao ser vendido em recipientes de cor azul, que nos últimos anos ganharam outras versões. Em junho de 1911 a empresa

norte-americana registrou três marcas do preparado medicinal de magnésia para comercialização no Brasil, sendo a partir daquele momento considerados produtos também brasileiros, mesmo que importados em sua origem (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1911). A empresa investiu grandemente em anúncios, perdurando até hoje o conhecimento de seu nome nos lares brasileiros.

Os medicamentos do “Laboratório Francisco Giffoni” (Figura 4) eram considerados os de melhor qualidade, assim como artigos de luxo, sempre acompanhados de selos de aprovação de setores públicos e privados. Possuía circulação a nível nacional e pesado investimento em publicidade, principalmente no que concerne às iconografias; era considerada uma marca confiável, porque seu criador e dono um médico renomado e respeitado, com venda principal em seu próprio comércio, a Drogaria e Pharmacia Giffoni, no Rio de Janeiro; sua característica são os vidros de cor âmbar, para a preservação das propriedades medicinais do conteúdo.

Pelos idos de 1904, a fama da empresa já estava consolidada, e nos diversos anúncios em periódicos, detalhadamente elaborados e ricamente ilustrados, fazia-se a propaganda dos efeitos idealizados de cada remédio, que em sua maioria traziam misturas de essências naturais, ervas e as primeiras drogas sintéticas. Por exemplo, as “especialidades farmacêuticas de Francisco Giffoni”, como eram comumente referendadas, eram indicadas para o tratamento das asma, dores reumáticas, nas congestões de catarrhos, dispepsias, prisão de ventre, enxaquecas, coqueluche, entre outros males, até mesmo a embriaguez e a temida sífilis (RENASCENÇA, 1904).

A rápida expansão e consolidação do verdadeiro “império” de Francisco Giffoni, fez com que já em 1914 seus produtos chegassem mesmo ao interior do Estado do Amazonas, ao município de Lábrea, sendo anunciado no jornal local chamado “O Correio do Purus”. Com o aviso “convem cortar”, o anúncio traz detalhadamente as qualidades de cada remédio, que eram vendidos nas maiores farmácias do Brasil. Se já no interior estava, é de se pensar que anos antes já chegara a Manáos, durante o período da borracha. O que se comprova com os vidros encontrados em trabalhos arqueológicos.

Figura 3 – Leite de Magnesia de Phillips em propaganda brasileira.



Fonte: CARETA, 1919, p.36.

Figura 4 – Propaganda de medicamento do Dr. Francisco Giffoni.

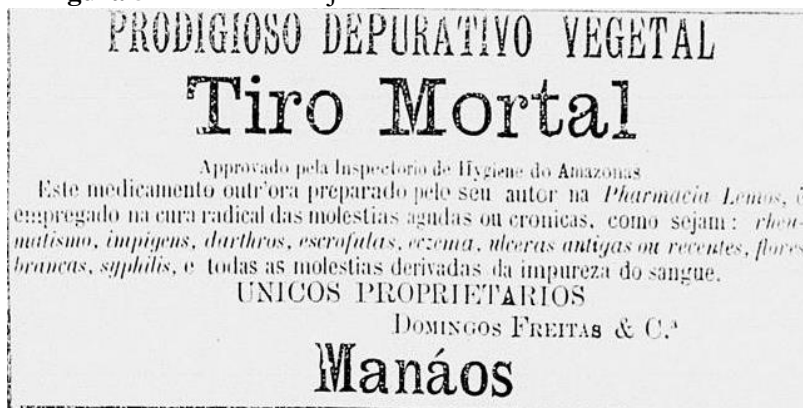


Fonte: CORREIO DA MANHÃ, 1904, p.7.

Já a marca “Tiro mortal de Lemos” (Figura 5), de origem local, tinha por preço considerado “módico”, ou seja, bom, de fácil acesso. Além de que, por possuir em sua composição produtos naturais amazônicos como o guaraná e a quina, era procurado por aqueles que confiavam nas propriedades destes compostos da floresta, e era indicado para a cura de doenças como: sífilis, úlceras, reumatismo, febres, entre outras.

Tem origem na Farmácia Lemos, estabelecimento fundado pelo casal José Miguel de Lemos e Catharina Ferreira em 1851 na antiga cidade de Manáos (ESTRELLA DO AMAZONAS, 1856). Apesar das relações políticas e econômicas entre os Lemos e o poder público (contratos, favores e favorecimentos), a maior parte dos produtos vendidos por eles era acessível ao público em geral. O produto chefe, Tiro Mortal, foi vendido desde final das décadas de 1850, e chegou à *Belle Époque* manauara com os primeiros anúncios de 1892, permanecendo até a metade do século XX (ESTADO DO AMAZONAS, 1892). Foi um remédio de alcance local, às vezes regional, por seu conhecimento no interior, de longa trajetória e resistente em seus mais de cem anos de comercialização. Era não apenas acessível, mas também doado aos menos favorecidos.

Figura 5 – Anúncio em jornal local do “Tiro Mortal de Lemos”.



Fonte: AMAZONAS COMMERCIAL, 1895, p.3.

Para as três marcas, pode-se vislumbrar públicos e alcances diferentes, tanto a nível geográfico quanto sociocultural. Este tipo de abordagem à cultura material, ainda que pouco comum nas pesquisas realizadas na Amazônia, traz à discussão como pode ser visto o objeto histórico-arqueológico, para além de sua constituição física e sem estar restrito a uma análise puramente funcional. Ora, os produtos materiais são constituintes do campo cultural, e desempenham papéis multifacetados, sendo pontos de mescla dos aspectos material e imaterial. Sua circulação e alcance no meio social onde esteve inserido, pode ser pensado como portas abertas a inferências relativas a aspectos que se consideravam “perdidos” pelo passado.

Contudo, partir da materialidade para o entendimento de práticas sociais, também permite que se possa inferir acerca das relações entre o suporte material, com os significados simbólicos a ele concedidos, e os indivíduos que com ele interagem, como no caso das relações de poder. Podem ser entendidos, portanto, como pontos de concentração de uma rede de agregados intangíveis que, à medida que são mais ou menos identificados, trazem maior nitidez ao cenário que se investiga. Na Manaus da Borracha, até mesmo os remédios comercializados podem ser vistos como indicadores de status social e comportamento de consumo, bem como limitadores de acesso a produtos para determinadas faixas da população local; como substituição do “velho” pelo “novo”. A ilusão que fugia aos olhos, agora está sendo desvelada pelos produtos de sua própria existência.

Referências bibliográficas:

AMAZONAS COMMERCIAL. *Prodigioso Depurativo Vegetal – Tiro Mortal*. Anno I, N.I. Manáos, domingo, 10 de mar. de 1895, p.3.

BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Editora Perspectiva, coleção Debates, vol. 70, 2015.

- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, coleção Debates, vol. 20, 2009.
- BOURDIEU. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL, 1989. (Coleção Memória e Sociedade)
- CARETA. *Leite de Magnesia Phillips*. N.584, Anno XII, Rio de Janeiro, 30 de ago. de 1919, p.36.
- CORRÊA, M. V. de Miranda. Da capela carmelita à Catedral Metropolitana de Manaus (AM): uma arqueologia da arquitetura. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v.17, n.5/6, 591-607, maio/jun. 2007.
- CORREIO DA MANHÃ. *Elixir Eupeptico de Giffoni*. Anno IV, N.1018, Rio de Janeiro, Domingo, 27 de mar. de 1904, p.7.
- DIAS, Ednea Mascarenhas. *A ilusão do Fausto - Manaus, 1890-1920*. 2.ed. Manaus: Editora Valer, 2007.
- DU GAY, Paul. *In: Doing Cultural Studies: The History of the Sony Walkman*. London: SAGE Publications. 2003.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador, Vol. 1 – Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- ESTADO DO AMAZONAS. *Tiro Mortal*. Anno I, N.5. Manáos, sexta-feira, 15 de janeiro de 1892, p.3.
- ESTRELLA DO AMAZONAS. *Expediente do Governo*. N.160, 13o Trimestre. Manaus, quarta-feira, 24 de julho de 1856, p.2.
- FIDANZA, Filipe Augusto. *Album do Amazonas*. Manaos: [s.n.], 1902.
- GALVÃO, Manoel Dias. *A História da Medicina em Manaus*. Manaus: Editora Valer / Governo do Estado do Amazonas / Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003.
- GAZETA DE NOTÍCIAS. *Junta Commercial*. Anno XXXVI, N.202. Rio de Janeiro, sexta-feira, 21 de julho de 1911, p.6.
- GLASSIE, Henry H. *Material Culture*. Indiana, EUA: Indiana University Press, 1999.
- LIMA, Tânia Andrade. Arqueologia Histórica: algumas considerações teóricas. I SEMINÁRIO DE ARQUEOLOGIA HISTÓRICA. SPHAN/FNPM, outubro de 1985, Rio de Janeiro. 13p.
- MCCRACKEN, Grant. *Cultura & Consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo*. Tradução de Everardo Rocha. Rio de Janeiro: Editora MAUAD, 2003. (Coleção Cultura e Consumo).

MENDONÇA, Arminda; ANTONY, Hildebrando. A Sé Catedral de Manaus. In: *Série Memória Arqueologia* / Maria Arminda, ORG. [ET. AL]. - Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura, 2013. p. 11-12.

MENESES, Ulpiano T. B. de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História USP*, São Paulo, n.115, 1983, p.103-117.

MIANA, Eduardo Jorge; OLIVEIRA, Manoel Ferreira de. *Relatório de Impacto Ambiental* – Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2012.

ORSER JR, Charles. *Introdução à Arqueologia Histórica*. São Paulo: Oficina de Livros, 1992.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925)*. 3. ed. Manaus: FUA, 2015.

RENASCENÇA. *Especialidades pharmaceuticas de Francisco Giffoni*. Anno I, N.5. Rio de Janeiro, julho de 1904, p.52.

SAMPAIO, Patrícia Melo (Org.). *Posturas municipais, Amazonas (1838-1967)*. Manaus: EDUA, 2016.

SANTOS, Tatiana de Lima Pedrosa; MEDEIROS, Samuel Lucena de. Do invisível engarrafado: história, memória, cultura material e as Águas de Melgaço na Manaus da borracha. *MÉTIS: HISTÓRIA & CULTURA*, Caxias do Sul, v. 16, p. 227-244, 2017.

SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. A cara do “outro”. Palestra apresentada no IV Seminário Sobre a Identidade Mestiça (suporte digital). 2010. Disponível em: <https://nacaomestica.org/blog4/?p=1627>. Acesso em: 27 jan. 2022.

SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. *Vivências urbanas e conflitos culturais: intervenções e ações na medicalização da sociedade manauara da Belle Époque*. OPSIS, 8 (11), p. 299-317.

SOUZA, Maria Arminda C. Mendonça de. *Sítio Arqueológico Histórico “Glacial” – Relatório Final*. Manuscrito original consultado em 2020 no acervo do Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza – SEC/AM. Manuscrito, 2018, 11p.

TRIGGER, Bruce G. *História do pensamento arqueológico*. Tradução de Ordep Trindade Serra; revisão técnica Lucas de Melo Bueno, Juliana Machado. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

¹ Cultura Material é entendida como a porção do meio da qual o ser humano produz ou se apropria, dando-lhe significados, funções e importâncias, bem como ressignificando quando este outrora representava no campo das coisas naturais. Ou seja, ela é fruto da interferência do Homo sapiens. “Material Culture is the conventional name for the tangible yield of human conduct” (GLASSIE, 1999, p.41).

² NIPAAM – Núcleo de Interdisciplinar de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica – grupo do CNPq coordenado pela Profa. Tatiana de Lima Pedrosa Santos, também arqueóloga da Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas, responsável pelo Lab. Arq. Alfredo Mendonça de Souza.

Artigo recebido em 20 de agosto de 2021.

Aceito para publicação em 11 de janeiro de 2022.